

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2020 – Estado da Questão

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

AAP – ISBN: 978-972-9451-89-8
CITCEM – ISBN: 978-989-8970-25-1

Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM
Lisboa, 2020

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:
Planta do castro de Monte Mozinho (Museu Municipal de Penafiel).



Apoio



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud

1. Historiografia e Teoria

- 17 Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões)
Ana Cristina Martins
- 25 Como descolonizar a arqueologia portuguesa?
Rui Gomes Coelho
- 41 Arqueologia e Modernidade: uma revisitação pessoal e breve de alguns aspetos da obra homónima de Julian Thomas de 2004
Vitor Oliveira Jorge
- 57 Dados para a História das Mulheres na Arqueologia portuguesa, dos finais do século XIX aos inícios do século XX: números, nomes e tabelas
Filipa Dimas / Mariana Diniz
- 73 Retractos da arqueologia portuguesa na imprensa: (in)visibilidades no feminino
Catarina Costeira / Elsa Luís
- 85 Arqueologia e Arqueólogos no Norte de Portugal
Jacinta Bugalhão
- 101 Vieira Guimarães (1864-1939) e a arqueologia em Tomar: uma abordagem sobre o território e as gentes
João Amendoeira Peixoto / Ana Cristina Martins
- 115 *Os memoráveis?* A arqueologia algarvia na imprensa nacional e regional na presente centúria (2001-2019): características, visões do(s) passado(s) e a arqueologia enquanto *marca*
Frederico Agosto / João Silva
- 129 A Evolução da Arqueologia Urbana e a Valorização Patrimonial no Barlavento Algarvio: Os casos de Portimão e Silves
Artur Mateus / Diogo Varandas / Rafael Boavida

2. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 145 O Caderno Reivindicativo e as condições de trabalho em Arqueologia
Miguel Rocha / Liliana Matias Carvalho / Regis Barbosa / Mauro Correia / Sara Simões / Jacinta Bugalhão / Sara Brito / Liliana Veríssimo Carvalho / Richard Peace / Pedro Peça / Cézer Santos
- 155 Os Estudos de Impacte Patrimonial como elemento para uma estratégia sustentável de minimização de impactes no âmbito de reconversões agrícolas
Tiago do Pereiro
- 165 Salvaguarda de Património arqueológico em operações florestais: gestão e sensibilização
Filipa Bragança / Gertrudes Zambujo / Sandra Lourenço / Belém Paiva / Carlos Banha / Frederico Tatá Regala / Helena Moura / Jacinta Bugalhão / João Marques / José Correia / Pedro Faria / Samuel Melro
- 179 Os valores do Património: uma investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco

- 189 Conjugando recursos arqueológicos e naturais para potenciar as visitas ao Geoparque Litoral de Viana do Castelo (Nordeste de Portugal)
Hugo A. Sampaio / Ana M.S. Bettencourt / Susana Marinho / Ricardo Carvalhido
- 203 Áreas de Potencial Arqueológico na Região do Médio Tejo: Modelo Espacial Preditivo
Rita Ferreira Anastácio / Ana Filipa Martins / Luiz Oosterbeek
- 223 Património Arqueológico e Gestão Territorial: O contributo da Arqueologia para a revisão do PDM de Avis
Ana Cristina Ribeiro
- 237 A coleção arqueológica do extinto Museu Municipal do Porto – Origens, Percursos e Estudos
Sónia Couto
- 251 Valpaços – uma nova carta arqueológica
Pedro Pereira / Maria de Fátima Casares Machado
- 263 Arqueologia na Cidade de Peniche
Adriano Constantino / Luís Rendeiro
- 273 Arqueologia Urbana: a cidade de Lagos como caso de Estudo
Cátia Neto
- 285 Estratégias de promoção do património cultural subaquático nos Açores. O caso da ilha do Faial
José Luís Neto / José Bettencourt / Luís Borges / Pedro Parreira
- 297 Carta Arqueológica da Cidade Velha: Uma primeira abordagem
Jaylson Monteiro / Nireide Tavares / Sara da Veiga / Claudino Ramos / Edson Brito / Carlos Carvalho / Francisco Moreira / Adalberto Tavares
- 311 Antropologia Virtual: novas metodologias para a análise morfológica e funcional
Ricardo Miguel Godinho / Célia Gonçalves

3. Didáctica da Arqueologia

- 327 Como os projetos de Arqueologia podem contribuir para uma comunidade culturalmente mais consciente
Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Silveira / Ricardo Lopes
- 337 Educação Patrimonial – Um cidadão esclarecido é um cidadão ativo!
Ana Paula Almeida
- 351 A aproximação da Arqueologia à sala de aula: um caso de estudo no 3º ciclo do Ensino Básico
Luís Serrão Gil
- 363 *Arqueologia 3.0* – Pensar e comunicar a Arqueologia para um futuro sustentável
Mónica Rolo
- 377 “Conversa de Arqueólogos” – Divulgar a Arqueologia em tempos de Pandemia
Diogo Teixeira Dias
- 389 Escola Profissional de Arqueologia: desafios e oportunidades
Susana Nunes / Dulcineia Pinto / Júlia Silva / Ana Mascarenhas
- 399 Os Museus de Arqueologia e os Jovens: a oferta educativa para o público adolescente
Beatriz Correia Barata / Leonor Medeiros
- 411 O museu universitário como mediador entre a ciência e a sociedade: o exemplo da secção de arqueologia no Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto (MHNC-UP)
Rita Gaspar

- 421 Museu de Lanifícios: Real Fábrica de Panos. Atividades no âmbito da Arqueologia
Beatriz Correia Barata / Rita Salvado
- 427 Arqueologia Pública e o caso da localidade da Mata (Torres Novas)
Cláudia Manso / Ana Rita Ferreira / Cristiana Ferreira / Vanessa Cardoso Antunes
- 431 Do sítio arqueológico ao museu: um percurso (também) didático
Lídia Fernandes
- 447 Estão todos convidados para a Festa! E para dançar também... O projecto do Serviço Educativo do Museu Arqueológico do Carmo na 5ª Edição da Festa da Arqueologia
Rita Pires dos Santos
- 459 O “Clã de Carenque”, um projeto didático de arqueologia
Eduardo Gonzalez Rocha
- 469 Mediação cultural: peixe que puxa carroça nas Ruínas Romanas de Troia
Inês Vaz Pinto / Ana Patrícia Magalhães / Patrícia Brum / Filipa Santos
- 481 Didática Arqueológica, experiências do Projeto Mértola Vila Museu
Maria de Fátima Palma / Clara Rodrigues / Susana Gómez / Lígia Rafael

4. Arte Rupestre

- 497 Os inventários de arte rupestre em Portugal
Mila Simões de Abreu
- 513 O projeto FIRST-ART – conservação, documentação e gestão das primeiras manifestações de arte rupestre no Sudoeste da Península Ibérica: as grutas do Escoural e Maltravieso
Sara Garcês / Hipólito Collado / José Julio García Arranz / Luiz Oosterbeek / António Carlos Silva / Pierluigi Rosina / Hugo Gomes / Anabela Borralheiro Pereira / George Nash / Esmeralda Gomes / Nelson Almeida / Carlos Carpetudo
- 523 Trabalhos de documentação de arte paleolítica realizados no âmbito do projeto PalæoCôa
André Tomás Santos / António Fernando Barbosa / Luís Luís / Marcelo Silvestre / Thierry Aubry
- 537 Imagens fantasmagóricas, silhuetas elusivas: as figuras humanas na arte do Paleolítico Superior da região do Côa
Mário Reis
- 551 Os motivos zoomórficos representados nas placas de tear de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal)
Andrea Martins / César Neves / José M. Arnaud / Mariana Diniz
- 571 Arte Rupestre do Monte de Góios (Lanhelas, Caminha). Síntese dos resultados dos trabalhos efectuados em 2007-2009
Mário Varela Gomes
- 599 Gravuras rupestres de barquiiformes no Monte de S. Romão, Guimarães, Noroeste de Portugal
Daniela Cardoso
- 613 Círculos segmentados gravados na Bacia do Rio Lima (Noroeste de Portugal): contributos para o seu estudo
Diogo Marinho / Ana M.S. Bettencourt / Hugo Aluai Sampaio
- 631 Equídeos gravados no curso inferior do Rio Mouro, Monção (NW Portugal). Análise preliminar
Coutinho, L.M. / Bettencourt, A.M.S / Sampaio, Hugo A.S
- 645 Paletas na Arte Rupestre do Noroeste de Portugal. Inventário preliminar
Bruna Sousa Afonso / Ana M. S. Bettencourt / Hugo A. Sampaio

5. Pré-História

- 661 O projeto Miño/Minho: balanço de quatro anos de trabalhos arqueológicos
Sérgio Monteiro-Rodrigues / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas / Carlos Ferreira / Pedro Xavier / José Meireles / Alberto Gomes / Manuel Santonja / Alfredo Pérez-González
- 677 A ocupação paleolítica da margem esquerda do Baixo Minho: a indústria lítica do sítio de Pedreiras 2 (Monção, Portugal) e a sua integração no contexto regional
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Sérgio Monteiro-Rodrigues / Eduardo Méndez-Quintas / Pedro Xavier / José Meireles / Alberto Gomes / Manuel Santonja / Alfredo Pérez-González
- 693 O sítio acheulense do Plistocénico médio da Gruta da Aroeira
Joan Daura / Montserrat Sanz / Filipa Rodrigues / Pedro Souto / João Zilhão
- 703 As sociedades neandertais no Barlavento algarvio: modelos preditivos com recurso aos SIG
Daniela Maio
- 715 A utilização de quartzo durante o Paleolítico Superior no território dos vales dos rios Vouga e Côa
Cristina Gameiro / Thierry Aubry / Bárbara Costa / Sérgio Gomes / Luís Luís / Carmen Manzano / André Tomás Santos
- 733 Uma perspetiva diacrónica da ocupação do concheiro do Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal) a partir da tecnologia lítica
Joana Belmiro / João Cascalheira / Célia Gonçalves
- 745 Novos dados sobre a Pré-história Antiga no concelho de Palmela. A intervenção arqueológica no sítio do Poceirão I
Michelle Teixeira Santos
- 757 Problemas em torno de Datas Absolutas Pré-Históricas no Norte do Alentejo
Jorge de Oliveira
- 771 Povoamento pré-histórico nas áreas montanhosas do NO de Portugal: o Abrigo 1 de Vale de Cerdeira
Pedro Xavier / José Meireles / Carlos Alves
- 783 Apreciação do povoamento do Neolítico Inicial na Baixa Bacia do Douro. A Lavra I (Serra da Aboboreira) como caso de estudo
Maria de Jesus Sanches
- 797 O Processo de Neolitização na Plataforma do Mondego: os dados do Sector C do Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal)
João Carlos de Senna-Martinez / José Manuel Quintã Ventura / Andreia Carvalho / Cíntia Maurício
- 823 Novos trabalhos na Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas)
Filipa Rodrigues / Pedro Souto / Artur Ferreira / Alexandre Varanda / Luís Gomes / Helena Gomes / João Zilhão
- 837 A pedra polida e afeiçoada do sítio do Neolítico médio da Moita do Ourives (Benavente, Portugal)
César Neves
- 857 Casal do Outeiro (Encarnação, Mafra): novos contributos para o conhecimento do povoamento do Neolítico final na Península de Lisboa.
Cátia Delicado / Carlos Maneira e Costa / Marta Miranda / Ana Catarina Sousa
- 873 Stresse infantil, morbilidade e mortalidade no sítio arqueológico do Neolítico Final/Calcolítico (4º e 3º milénio a.C.) do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain

- 885 *Come together*: O Conjunto Megalítico das Motas (Monção, Viana do Castelo) e as expressões Campaniformes do Alto Minho
Ana Catarina Basílio / Rui Ramos
- 899 Trabalhos arqueológicos no sítio Calcolítico da Pedreira do Poio
Carla Magalhães / João Muralha / Mário Reis / António Batarda Fernandes
- 913 O sítio arqueológico de Castanheiro do Vento. Da arquitectura do sítio à arquitectura de um território
João Muralha Cardoso
- 925 Estudo zooarqueológico das faunas do Calcolítico final de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal): Campanhas de 2017 e 2018
Cleia Detry / Ana Catarina Francisco / Mariana Diniz / Andrea Martins / César Neves / José Morais Arnaud
- 943 As faunas depositadas no Museu Arqueológico do Carmo provenientes de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): as campanhas de 1937 a 1967
Ana Catarina Francisco / Cleia Detry / César Neves / Andrea Martins / Mariana Diniz / José Morais Arnaud
- 959 Análise funcional de material lítico em sílex do castro de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja, Portugal): uma primeira abordagem
Rafael Lima
- 971 O recinto da Folha do Ouro 1 (Serpa) no contexto dos recintos de fossos calcolíticos alentejanos
António Carlos Valera / Tiago do Pereiro / Pedro Valério / António M. Monge Soares

6. Proto-História

- 987 Produção de sal marinho na Idade do Bronze do noroeste Português. Alguns dados para uma reflexão
Ana M. S. Bettencourt / Sara Luz / Nuno Oliveira / Pedro P. Simões / Maria Isabel C. Alves / Emílio Abad-Vidal
- 1001 A estátua-menir do Pedrão ou de São Bartolomeu do Mar (Esposende, noroeste de Portugal) no contexto arqueológico da fachada costeira de entre os rios Neiva e Cávado
Ana M. S. Bettencourt / Manuel Santos-Estévez / Pedro Pimenta Simões / Luís Gonçalves
- 1015 *O Castro do Muro* (Vandoma/Baltar, Paredes) – notas para uma biografia de ocupação da Idade do Bronze à Idade Média
Maria Antónia D. Silva / Ana M. S. Bettencourt / António Manuel S. P. Silva / Natália Félix
- 1031 Do Bronze Final à Idade Média – continuidades e hiatos na ocupação de Povoados em Oliveira de Azeméis
João Tiago Tavares / Adriaan de Man
- 1041 As faunas do final da Idade do Bronze no Sul de Portugal: leituras desde o Outeiro do Circo (Beja)
Nelson J. Almeida / Íris Dias / Cleia Detry / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1055 A Espada do Monte das Oliveiras (Serpa) – uma arma do Bronze Pleno do Sudoeste
Rui M. G. Monge Soares / Pedro Valério / Mariana Nabais / António M. Monge Soares
- 1065 São Julião da Branca (Albergaria-a-Velha) - Investigação e valorização de um povoado do Bronze Final
António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Sara Almeida e Silva / Edite Martins de Sá
- 1083 Do castro de S. João ao Mosteiro de Santa Clara: notícia de uma intervenção arqueológica, em Vila do Conde
Rui Pinheiro

- 1095 O castro de Ovil (Espinho), um quarto de século de investigação – resultados e questões em aberto
Jorge Fernando Salvador / António Manuel S. P. Silva
- 1111 O Castro de Salreu (Estarreja), um povoado proto-histórico no litoral do Entre Douro e Vouga
Sara Almeida e Silva / António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Edite Martins de Sá
- 1127 Castro de Nossa Senhora das Necessidades (Sernancelhe): uma primeira análise artefactual
Telma Susana O. Ribeiro
- 1141 A cidade de Bagunte. O estado atual da investigação
Pedro Brochado de Almeida
- 1153 Zoomorfos na cerâmica da Idade do Ferro no NW Peninsular: inventário, cronologias e significado
Nuno Oliveira / Cristina Seoane
- 1163 Vasos gregos em Portugal: diferentes maneiras de contar a história do intercâmbio cultural na Idade do Ferro
Daniela Ferreira
- 1175 Os *exotica* da necrópole da Idade do Ferro do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) no seu contexto regional
Francisco B. Gomes

7. Antiguidade Clássica e Tardia

- 1191 O uso de madeira como combustível no sítio da Quinta de Crestelos (Baixo Sabor): da Idade do Ferro à Romanização
Filipe Vaz / João Tereso / Sérgio Simões Pereira / José Sastre / Javier Larrazabal Galarza / Susana Cosme / José António Pereira / Israel Espi
- 1207 Cultivos de Época Romana no Baixo Sabor: continuidade em tempos de mudança?
João Pedro Tereso / Sérgio Simões Pereira / Filipe Santos / Luís Seabra / Filipe Vaz
- 1221 A casa romana na Hispânia: aplicação dos modelos itálicos nas províncias ibéricas
Fernanda Magalhães / Diego Machado / Manuela Martins
- 1235 As pinturas murais romanas da Rua General Sousa Machado, n.º 51, Chaves
José Carvalho
- 1243 Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó) – Uma exploração agrícola romana do Douro
Tony Silvino / Pedro Pereira
- 1255 A sequência de ocupação no quadrante sudeste de *Bracara Augusta*: as transformações de uma unidade doméstica
Lara Fernandes / Manuela Martins
- 1263 Os Mosaicos com decoração geométrica e geométrico-vegetalista dos sítios arqueológicos da área do *Conuentus Bracaraugustanus*. Novas abordagens quanto à conservação, restauro, decoração e datação
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 1277 “Casa Romana” do Castro de São Domingos (Crestelos, Lousada): Escavação, Estudo e Musealização
Paulo André de P. Lemos
- 1291 A arqueobotânica no Castro de Guifões (Matosinhos, Noroeste de Portugal): O primeiro estudo carpológico
Luís Seabra / Andreia Arezes / Catarina Magalhães / José Varela / João Pedro Tereso

- 1305 Um *Horreum* Augustano na Foz do Douro (Monte do Castelo de Gaia, Vila Nova de Gaia)
Rui Ramos
- 1311 Ponderais romanos na Lusitânia: padrões, formas, materiais e contextos de utilização
Diego Barrios Rodríguez
- 1323 Um almofariz centro-italico na foz do Mondego
Marco Penajoia
- 1335 Estruturas romanas de Carnide – Lisboa
Luísa Batalha / Mário Monteiro / Guilherme Cardoso
- 1347 O contexto funerário do sector da “necrópole NO” da Rua das Portas de S. Antão (Lisboa): o espaço, os artefactos, os indivíduos e a sua interconectividade na interpretação do passado
Sílvia Loja, José Carlos Quaresma, Nelson Cabaço, Marina Lourenço, Sílvia Casimiro, Rodrigo Banha da Silva, Francisca Alves-Cardoso
- 1361 Povoamento em época Romana na Amadora – resultados de um projeto pluridisciplinar
Gisela Encarnação / Vanessa Dias
- 1371 A Arquitectura Residencial em *Mirobriga* (Santiago do Cacém): contributo a partir de um estudo de caso
Filipe Sousa / Catarina Felício
- 1385 O fim do ciclo. Saneamento e gestão de resíduos nos edifícios termais de *Mirobriga* (Santiago do Cacém)
Catarina Felício / Filipe Sousa
- 1399 *Balsa*, Topografia e Urbanismo de uma Cidade Portuária
Vitor Silva Dias / João Pedro Bernardes / Celso Candeias / Cristina Tété Garcia
- 1413 No Largo das Mouras Velhas em Faro (2017): novas evidências da necrópole norte de *Ossonoba* e da sua ocupação medieval
Ricardo Costeira da Silva / Paulo Botelho / Fernando Santos / Liliana Nunes
- 1429 Instrumentos de pesca recuperados numa fábrica de salga em *Ossonoba* (Faro)
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Paulo Botelho
- 1439 A Necrópole Romana do Eirô, Duas Igrejas (Penafiel): intervenção arqueológica de 2016
Laura Sousa / Teresa Soeiro
- 1457 Ritual, descarte ou afetividade? A presença de *Canis lupus familiaris* na Necrópole Noroeste de *Olisipo* (Lisboa)
Beatriz Calapez Santos / Sofia Simões Pereira / Rodrigo Banha da Silva / Sílvia Casimiro / Cleia Detry / Francisca Alves Cardoso
- 1467 Dinâmicas económicas em *Bracara* na Antiguidade Tardia
Diego Machado / Manuela Martins / Fernanda Magalhães / Natália Botica
- 1479 Cerâmicas e Vidros da Antiguidade Tardia do Edifício sob a Igreja do Bom Jesus (Vila Nova de Gaia)
Joaquim Filipe Ramos
- 1493 Novos contributos para a topografia histórica de Mértola no período romano e na Antiguidade Tardia
Virgílio Lopes

8. Época Medieval

- 1511 Cerâmicas islâmicas no Garb setentrional “português”: algumas evidências e incógnitas
Constança dos Santos / Helena Catarino / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Isabel Inácio / Gonçalo Lopes / Jacinta Bugalhão / Sandra Cavaco / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Ana Sofia Gomes

- 1525 Contributo para o conhecimento da cosmética islâmica, em Silves, durante a Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1537 Yábura e o seu território – uma análise histórico-arqueológica de Évora entre os séculos VIII-XII
José Rui Santos
- 1547 A encosta sul do Castelo de Palmela – resultados preliminares da escavação arqueológica
Luís Filipe Pereira / Michelle Teixeira Santos
- 1559 A igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa): um conjunto de silos e de cerâmica medieval islâmica
Andreia Filipa Moreira Rodrigues
- 1571 O registo material de movimentações populacionais no Médio Tejo, durante os séculos XII-XIII. Dois casos de “sunken featured buildings”, nos concelhos de Cartaxo e Torres Novas
Marco Liberato / Helena Santos / Nuno Santos
- 1585 O nordeste transmontano nos alvares da Idade média. Notas para reflexão
Ana Maria da Costa Oliveira
- 1601 Sepulturas escavadas na rocha do Norte de Portugal e do Vale do Douro: primeiros resultados do Projecto SER-NPVD
Mário Jorge Barroca / César Guedes / Andreia Arezes / Ana Maria Oliveira
- 1619 “*Portucalem Castrum Novum*” entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o estudo dos materiais cerâmicos alto-medievais do arqueossítio da rua de D. Hugo, nº. 5 (Porto)
João Luís Veloso
- 1627 A Alta Idade Média na fronteira de Lafões: notas preliminares sobre a Arqueologia no Concelho de Vouzela
Manuel Luís Real / Catarina Tente
- 1641 Um conjunto cerâmico medieval fora de portas: um breve testemunho aveirense
Susana Temudo
- 1651 Os Lóios do Porto: uma perspetiva integrada no panorama funerário da Baixa Idade Média à Época Moderna em meios urbanos em Portugal
Ana Lema Seabra
- 1659 O Caminho Português Interior de Santiago como eixo viário na Idade Média
Pedro Azevedo
- 1665 Morfologia Urbana: Um exercício em torno do Castelo de Ourém
André Donas-Botto / Jaqueline Pereira
- 1677 Intervenção arqueológica na Rua Marquês de Pombal/Largo do Espírito Santo (Bucelas, Loures)
Florbel Estêvão / Nathalie Antunes-Ferreira / Dário Ramos Neves / Inês Lisboa
- 1691 O Cemitério Medieval do Poço do Borratém e a espacialidade funerária na cidade de Lisboa
Inês Belém / Vanessa Filipe / Vasco Noronha Vieira / Sónia Ferro / Rodrigo Banha da Silva
- 1705 Um Espaço Funerário Conventual do séc. XV em Lisboa: o caso do Convento de São Domingos da Cidade
Sérgio Pedroso / Sílvia Casimiro / Rodrigo Banha da Silva / Francisca Alves Cardoso

9. Época Moderna e Contemporânea

- 1721 Arqueologia Moderna em Portugal: algumas reflexões críticas em torno da quantificação de conjuntos cerâmicos e suas inferências históricas e antropológicas
Rodrigo Banha da Silva / André Bargão / Sara da Cruz Ferreira
- 1733 Faianças de dois contextos entre os finais do século XVI e XVIII do Palácio dos Condes de Penafiel, Lisboa
Martim Lopes / Tomás Mesquita

- 1747 Um perfil de consumo do século XVIII na foz do Tejo: O caso do Mercado da Ribeira, Lisboa
Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva / André Bargão
- 1761 Os Cachimbos dos Séculos XVII e XVIII do Palácio Mesquitela e Convento dos Inglesinhos (Lisboa)
Inês Simão / Marina Pinto / João Pimenta / Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva
- 1775 «*Tomar os fumos da erua que chamão em Portugal erua sancta*». Estudo de Cachimbos provenientes da Rua do Terreiro do Trigo, Lisboa
Miguel Martins de Sousa / José Pedro Henriques / Vanessa Galiza Filipe
- 1787 Cachimbos de Barro Caulínico da Sé da Cidade Velha (República de Cabo Verde)
Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Clementino Amaro
- 1801 Algumas considerações sobre espólio não cerâmico recuperado no Largo de Jesus (Lisboa)
Carlos Boavida
- 1815 Adereços de vidro, dos séculos XVI-XVIII, procedentes do antigo Convento de Santana de Lisboa (anéis, braceletes e contas)
Joana Gonçalves / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes
- 1837 Da ostentação, luxo e poder à simplicidade do uso quotidiano: arqueologia e simbologia de joias e adornos da Idade Moderna Portuguesa
Jéssica Iglésias
- 1849 Os amuletos em Portugal – dos objetos às superstições: o coral vermelho
Alexandra Vieira
- 1865 Cerâmicas de Vila Franca de Xira nos séculos XV e XVI
Eva Pires
- 1879 «Não passa por teu o que me pertence». Marcas de individualização associadas a faianças do Convento de Nossa Senhora de Aracoeli, Alcácer do Sal
Catarina Parreira / Íris Fragoso / Miguel Martins de Sousa
- 1891 Cerâmica de Leiria: alguns focos de produção
Jaqueline Pereira / André Donas-Botto
- 1901 Os Fornos na Rua da Biquinha, em Óbidos
Hugo Silva / Filipe Oliveira
- 1909 A casa de Pêro Fernandes, contador dos contos de D. Manuel I: o sítio arqueológico da Silha do Alferes, Seixal (século XVI)
Mariana Nunes Ferreira
- 1921 O Alto da Vigia (Sintra) e a vigilância e defesa da costa
Alexandre Gonçalves / Sandra Santos
- 1937 O contexto da torre sineira da Igreja de Santa Maria de Loures
Paulo Calaveira / Martim Lopes
- 1949 A Necrópole do Hospital Militar do Castelo de São Jorge e as práticas funerárias na Lisboa de Época Moderna
Susana Henriques / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Sofia N. Wasterlain
- 1963 SAND – Sarilhos Grandes Entre dois Mundos: o adro da Igreja e a Paleobiologia dos ossos humanos recuperados
Paula Alves Pereira / Roger Lee Jesus / Bruno M. Magalhães
- 1975 Expansão urbana da vila de Cascais no século XVII e XVIII: a intervenção arqueológica na Rua da Vitória nº 15 a 17
Tiago Pereira / Vanessa Filipe
- 1987 Novos dados para o conhecimento do Urbanismo de Faro em época Moderna
Ana Rosa

- 1995 Um exemplo de Arqueologia Urbana em Alcoutim: o Antigo Edifício dos CTT
Marco Fernandes / Marta Dias / Alexandra Gradim / Virgílio Lopes / Susana Gómez Martínez
- 2007 Palácio dos Ferrazes (Rua das Flores/Rua da Vitória, Porto): a cocheira de Domingos Oliveira Maia
Francisco Raimundo
- 2021 As muitas vidas de um edifício urbano: História, Arqueologia e Antropologia no antigo Recreatório Paroquial de Penafiel
Helena Bernardo / Jorge Sampaio / Marta Borges
- 2035 O convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: o contributo da arqueologia para o conhecimento de um monumento identitário
João Gonçalves Araújo / N'Zinga Oliveira
- 2047 Arqueologia na ilha do Corvo... em busca da capela de Nossa Senhora do Rosário
Tânia Manuel Casimiro / José Luís Neto / Luís Borges / Pedro Parreira
- 2059 Perdidos à vista da Costa. Trabalhos arqueológicos subaquáticos na Barra do Tejo
Jorge Freire / José Bettencourt / Augusto Salgado
- 2071 Arqueologia marítima em Cabo Verde: enquadramento e primeiros resultados do projecto CONCHA
José Bettencourt / Adilson Dias / Carlos Lima / Christelle Chouzenoux / Cristóvão Fonseca / Dúnia Pereira / Gonçalo Lopes / Inês Coelho / Jaylson Monteiro / José Lima / Maria Eugénia Alves / Patrícia Carvalho / Tiago Silva
- 2085 Trabalhos arqueológicos na Cidade Velha (Ribeira Grande de Santiago, Cabo Verde): reflexões sobre um projecto de investigação e divulgação patrimonial
André Teixeira / Jaylson Monteiro / Mariana Mateus / Nireide Tavares / Cristóvão Fonseca / Gonçalo C. Lopes / Joana Bento Torres / Dúnia Pereira / André Bargão / Aurélie Mayer / Bruno Zélie / Carlos Lima / Christelle Chouzenoux / Inês Henriques / Inês Pinto Coelho / José Lima / Patrícia Carvalho / Tiago Silva
- 2103 A antiga fortificação de Quelba / Khor Kalba (E.A.U.). Resultados de quatro campanhas de escavações, problemáticas e perspectivas futuras
Rui Carita / Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes / Kamyar Kamyad
- 2123 Colónias para homens novos: arqueologia da colonização agrária fascista no noroeste ibérico
Xurxo Ayán Vila / José M^a. Señorán Martín

OS ESTUDOS DE IMPACTE PATRIMONIAL COMO ELEMENTO PARA UMA ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES NO ÂMBITO DE RECONVERSÕES AGRÍCOLAS

Tiago do Pereiro¹

RESUMO

As transformações na paisagem do interior alentejano, resultantes da ampliação das áreas de regadio ocorrida nos últimos anos, atinge hoje enormes proporções. No âmbito das reconversões agrícolas destas áreas, cabe aos promotores cumprirem a legislação aplicável ao património arqueológico. Dado que os projectos de âmbito agrícola não estão abrangidos pelos processos de AIA, os territórios que lhes estão afectos não têm sido objecto de qualquer tipo de estudos prévios no que respeita às questões do âmbito do património em geral e da arqueologia em particular. O objectivo deste texto é o de divulgar uma metodologia assente na realização de Estudos de Impacte Patrimonial, explanando as suas especificidades e as estratégias aplicadas na interação entre as partes envolvidas.

Palavras-chave: Estudo de Impacte Patrimonial, Reversão Agrícola.

ABSTRACT

The changes in the landscape of the Alentejo countryside, resulting from the expansion of irrigated areas that occurred in recent years, today reach enormous proportions. In the context of agricultural reconversions in these areas, it is up to the promoters to comply with the legislation applicable to the archaeological heritage. Given that agricultural projects are not covered by EIA processes, the territories that have been assigned to them have not been the subject of any kind of preliminary studies with regard to issues of heritage in general and archeology in particular. The purpose of this text is to disseminate a methodology based on the performance of Heritage Impact Studies, explaining its specificities and the strategies applied in the interaction between the subjects involved.

Keywords: Heritage Impact Studies, Agricultural Conversion.

1. INTRODUÇÃO

Quando há 20 anos foram fechadas as comportas do que viria a ser o grande lago do Alqueva, não existiu um planeamento crítico de obrigações e medidas de salvaguarda a implementar relativamente ao que de óbvio iria suceder ao património arqueológico enquadrado nas áreas de desenvolvimento de novos projectos agrícolas, assentes em regadio. Se, por um lado, o plano de minimizações de impactes decorrentes da construção do amplo sistema de rega

implementado pela EDIA, a partir da Barragem do Alqueva, contribuiu de forma muito expressiva para os processos de conhecimento sobre o passado das ocupações humanas do actual território alentejano, por outro, esqueceu por completo que os vastíssimos territórios a serem regados e reconvertidos para novas culturas agrícolas seriam esquecidos e que não mereceriam quaisquer condicionantes decorrentes da sua intersecção com o património arqueológico. Assim, durante muito anos, foi-se assistindo nas fases de projecto e de implementação das obras do

1. ERA Arqueologia; tiagopereiro@era-arqueologia.pt

sistema de Alqueva a uma proliferação de trabalhos arqueológicos, desde os estudos e trabalhos prévios sobre património, inseridos em Estudos de Impacte Ambiental (EIA), aos acompanhamentos de obras e às escavações arqueológicas enquadradas em processos de minimização de impactes. Paralelamente, em relação às afectações ou destruições ocorridas e denunciadas em relação ao património arqueológico inserido nos territórios agrícolas alimentados pelo sistema de Alqueva, foi-se assistindo, durante esses mesmos anos, a uma quase generalizada falta de atenção dos profissionais de arqueologia para tal problema e a uma total incúria ou incapacidade de agir nos diferentes momentos dos processos por parte dos organismos do Estado responsáveis pelo património arqueológico. Esta contradição, verdadeiramente escandalosa, entre o que se passava nos espaços das obras do sistema de Alqueva e o que ocorria nos terrenos agrícolas por ele regados, revelou um Alentejo a duas velocidades, chegando-se ao ponto de, em certos casos, no mesmo sítio arqueológico ocorrerem, em simultâneo, escavações arqueológicas devidamente orientadas por instrumentos de gestão territorial e destruições associadas ao evoluir de trabalhos agrícolas em espaços sem quaisquer condicionantes específicas. Este estado de coisas expôs os paradoxos ou a total ausência de lógica nas políticas de preservação e sustentabilidade futura do património arqueológico alentejano (Figura 1).

Apesar de se assistir a uma proliferação de extensas zonas de reconversões agrícolas um pouco por todo o país, assumindo o caso alentejano como objecto do presente texto, é evidente que crescentes preocupações que a nossa sociedade tem vindo lentamente a demonstrar relativamente à ponderada gestão do património colectivo, nomeadamente arqueológico, ainda não mereceu do Estado, no que respeita a grandes empreendimentos agrícolas, uma definição concreta, clara e inequívoca de mecanismos de gestão territorial que lhe fossem aplicáveis. É, precisamente aqui, que os Estudos de Impacte Patrimonial (EIP) podem ser uma excelente ferramenta de gestão de processos e de Avaliação de Impacte Patrimonial (AIP), conforme a ERA Arqueologia o tem vindo a testar.

2. OBRIGAÇÕES LEGAIS

Como Portugal não tem qualquer tradição na realização de Estudos de Impacte Patrimonial (EIP), no

caso de empreendimentos agrícolas com incidência em valores patrimoniais ou arqueológicos relativamente aos quais existem condicionantes legais limitadas, cabe aos seus promotores cumprirem a legislação vigente, nomeadamente a Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001) e os Planos Directores Municipais (PDM).

No primeiro caso, decorrente da aplicação da Lei do Património, salientam-se dois aspectos de condicionamento genérico de quaisquer intervenções que incidam sobre bens arqueológicos: por um lado, a identificação de quaisquer testemunhos arqueológicos implica que da mesma seja dada informação à administração do património cultural ou à autoridade policial (Capítulo II, Artº 78, ponto 2); por outro lado, cabe à administração do património cultural determinar condicionantes à prossecução de obras de maneira a ser garantida a conservação total ou parcial de estruturas arqueológicas descobertas no decurso das mesmas (Capítulo II, Artº 79, ponto 2), cabendo aos promotores todos os custos inerentes às operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos (Capítulo II, Artº 79, pontos 3 e 4). Naturalmente, no caso de bens arqueológicos classificados, o regime definido pela Lei do Património (Capítulo II) é claro e concreto, estabelecendo as formas de condicionamento à concretização de projectos e obras em sítios e respectivas áreas anexas.

No segundo caso, resultante da aplicação de diferentes PDM's, podem ocorrer condicionalismos à aprovação ou implementação de projectos. Tais situações, ainda não generalizadas a todos os municípios alentejanos e muito menos ao todo nacional, resultam de inventários de sítios arqueológicos e de normativos de medidas cautelares aplicáveis em caso de eventual afectação por projectos. Infelizmente, nos casos em que estes inventários ocorrem, é por demais evidente que se tratam de listagens muito incompletas face ao expectável património arqueológico que permanece por identificar e consequentemente por inventariar. Acresce a este facto a deficiente cartografia dos sítios cadastrados, normalmente associados a pontos em mapas, sendo extremamente raros os casos em que os sítios arqueológicos surgem representados sob a forma de polígonos delimitadores das respectivas áreas. Ou seja, a maioria dos sítios arqueológicos alentejanos e portugueses não estão minimamente protegidos pelos PDM's em vigor.

A agravar a situação vigente, tem perdurado em Portugal o desenquadramento dos projectos de âmbito agrícola dos instrumentos legais de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), daí decorrendo que os territórios sujeitos à sua implementação não têm sido objecto de qualquer tipo de estudos prévios visando a sua inventariação, caracterização, definição de medidas de salvaguarda ou de minimização de impactes. Resumindo e já que os postulados acima referidos no que respeita à Lei de Bases do Património Cultural não têm efectivamente sido aplicados por manifesta incapacidade da administração do património, no caso deste tipo de processos as ferramentas de condicionamento legal à implementação de empreendimentos agrícolas em áreas de potencial arqueológico têm-se restringido a alguns PDM's ou à eventual denúncia pública de destruições que se têm sucedido sob o olhar mais ou menos atento ou empenhado de profissionais de arqueologia ou de membros das comunidades locais.

Perante um estado das coisas em que à expansão da rede de rega de Alqueva se tem associado uma revolução no uso dos solos agrícolas de vastas áreas do Alentejo com reconfigurações da sua topografia ou revolvimentos significativos das suas camadas superficiais, em certos casos até cerca de 1.5m de profundidade, a tutela da arqueologia (DGPC – Direcção Geral do Património Cultural) e a administração do património cultural regional (Direcção Regional de Cultura) têm procurado prosseguir a uma estratégia de actuação em várias frentes.

Assim, e antes de mais tem-se procurado incrementar os níveis de articulação com municípios, desenvolvendo ou consolidando os inventários de sítios e normas inclusas em PDM's que assegurem possibilidades de condicionamento a projectos; paralelamente, tem-se assistido a uma insistência em acções de informação e de sensibilização de agricultores para as questões de âmbito legal respeitantes à salvaguarda do património arqueológico; complementarmente, procura-se prosseguir uma articulação, seguramente complexa, com o Ministério da Agricultura, por forma a criar novas condições de conciliação entre processos de licenciamento agrícola e respectivos condicionamentos arqueológicos. Neste âmbito, destaque-se os avanços ocorridos com a inclusão de novos procedimentos relacionados com o licenciamento de determinados projectos financiados por fundos comunitários (Norma Transitória 15/2018 – PDR 2020), infelizmente apenas aplicáveis

a sítios classificados ou inventariados. Por fim, nomeadamente em casos ocorridos no Alentejo, parece evidente que a administração do património cultural tem procurado, de forma claramente desarticulada entre os seus órgãos centrais e regionais, que o não cumprimento da legislação seja devidamente averiguado e punido, tendo-se incrementado as queixas apresentadas nos tribunais.

Ou seja, os sítios classificados e inventariados parecem estar, lenta mas progressivamente, a ser protegidos através de condicionantes legais, continuando as vastíssimas áreas de potencial arqueológico desconhecido, e por inventariar, a ser abandonadas e sujeitas a descontrolados processos de afectação ou destruição. E não tenhamos dúvidas que o património arqueológico catalogado no Alentejo é seguramente uma ínfima parte da totalidade efectivamente presente no subsolo.

3. ESTUDOS DE IMPACTE PATRIMONIAL (EIP) COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO TERRITORIAL

Genericamente, os projectos de âmbito agrícola não estão sujeitos a procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Tais processos apenas ocorrem em casos específicos e abrangendo enormes áreas, sendo que na prática é possível e recorrente assistir à segmentação de projectos por forma a evitar tais procedimentos potencialmente constrangedores à sua concretização.

Neste contexto, criador de todas as condições para o prosseguimento da delapidação do património arqueológico alentejano, a ERA Arqueologia tem vindo a defender e a concretizar EIP assentes em metodologias de Avaliação de Impacte Patrimonial (AIP). Tais estudos, não tipificados na lei portuguesa, têm vindo a ser aprovados pela tutela do património arqueológico (DGPC), assumindo-se a sua concretização inédita como fundamental para o trilhar de um novo caminho que, estrategicamente, possa assegurar uma efectiva gestão global dos recursos arqueológicos inseridos em territórios agrícolas.

Numa perspectiva muito abrangente, este tipo de estudos incidindo em áreas de desenvolvimento de projectos agrícolas permite contribuir decisivamente para uma definição de:

- verdadeiros quadros de referência do património arqueológico inserido nas áreas de trabalho, incluindo os elementos desconhecidos e acres-

centados aos inventários (nacional e locais) que assim se vão enriquecendo;

- regras aplicáveis em termos de avaliação do património existente nas áreas em análise;
- regras de avaliação de impactes estimados e de sistemas de ponderação de medidas preventivas e de minimização a considerar em casos de potencial afectação;
- um quadro de dados passíveis de facilitar e agilizar as decisões por parte da tutela do património;
- um modelo capaz de reduzir os riscos para os diferentes intervenientes, assegurando a salvaguarda do património e reduzindo os potenciais conflitos entre diferentes actores destes processos, nomeadamente decorrentes de destruições patrimoniais.

A sua concretização assenta na legislação em vigor para o património arqueológico (Lei 107/2001 – Lei de Bases do Património Cultural; Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos; Circular IGESPAR 10 de Setembro de 2004 – Termos de referência para o descritor Património Arqueológico em estudos de impacto ambiental).

A sua definição assenta, em termos de pressupostos teóricos, no “Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties” (ICOMOS, 2011) e no “Standards and guidance for archaeological field evaluation” (CIFA, 2014), procurando-se, através da sua realização, garantir aos promotores de projectos agrícolas a atempada identificação dos bens patrimoniais presentes nas suas áreas de implementação, de maneira a tornar possível a sua avaliação e salvaguarda, quer efectiva quer pelo seu registo.

Os EIP, tal como são encarados pela ERA Arqueologia, têm como objectivo assegurar uma correcta gestão dos projectos agrícolas, nomeadamente em termos dos impactes que possam ter no património arqueológico e edificado presente nas áreas de trabalho, procurando-se sempre:

- a partir da sua implementação garantir o total cumprimento das obrigações legais relativamente à inventariação e protecção do património inserido em áreas a afectar pelo empreendimento agrícola;
- assegurar todas as condições necessárias à consistente salvaguarda do investimento na implementação do projecto agrícola, no estrito

respeito pelo património cultural inserido nas propriedades.

Nesse sentido, na sua execução são devidamente considerados os seguintes objectivos específicos:

- realização de um inventário patrimonial das áreas de trabalho;
- caracterização e avaliação patrimonial de cada um dos elementos de património imóvel identificados (arqueológicos e edificados), incluindo os já conhecidos e previamente inventariados, bem como outros a identificar através de prospecções de terreno, análise de cartografia, fotografia aérea/imagens de satélite e prospecção geofísica;
- definição do grau de afectação de cada um dos elementos patrimoniais pelas acções de implementação dos projectos agrícolas;
- definição de medidas de salvaguarda e de minimização de impactes sobre o património, decorrentes da implementação do projecto agrícola;
- definição de recomendações de boas práticas agrícolas em áreas de existência de elementos patrimoniais arqueológicos ou edificados.

4. METODOLOGIA

Face aos objectivos definidos pelo processo de AIP, pretende-se que a realização de um EIP assente num conjunto de trabalhos de campo e de gabinete concretizados de forma faseada, por forma a fornecer às entidades tutelares e aos promotores dos projectos todos os dados que permitam assumir as mais adequadas decisões, salvaguardar os bens patrimoniais e assegurar a ponderada implementação dos projectos agrícolas.

A primeira fase dos EIP realizados pela ERA consiste no contacto entre as partes envolvidas, nomeadamente a nossa equipa técnica responsável pelo estudo, o promotor, a tutela do património e os serviços municipais competentes.

A segunda fase implica a pesquisa prévia sobre a área de trabalho e a definição de uma situação de referência criada a partir da compilação e inventariação de dados existentes para a área em estudo, através da recolha da bibliografia geral e específica, bem como da consulta das bases de dados informáticas existentes na DGPC e DRCA e outras disponíveis:

- Memória descritiva do projecto a implementar;
- Base de Dados do Endovélico;
- Atlas do Património Classificado e em Vias de

Classificação;

- Planta de Ordenamento dos diferentes PDM;
- Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Trabalhos Arqueológicos;
- Bibliografia específica (Artigos, Notícias, Teses, etc.).

Paralelamente, é realizada uma sistematização de dados relativos à paisagem das áreas de trabalho, incluindo geologia, topografia, toponímia e análise de fotografia aérea, sempre numa perspectiva de, a partir de modelos de ocupação territorial relativos a diferentes períodos histórico-culturais, antecipar eventuais ocorrências a confirmar no terreno e criar um modelo sequencial relativo à evolução da ocupação e uso das paisagens. Depois de recolhidos e tratados, estes dados são inseridos num sistema de informação geográfica (SIG) que serve de base para os trabalhos de campo de arqueologia, tornando-se também uma base de informações para uma adequada gestão agrícola por parte dos promotores dos projectos.

A terceira fase consiste na prospecção direccionada para a realocação dos sítios previamente inventariados durante a fase de pesquisa prévia; paralelamente, e numa perspectiva de prospecção sistemática são percorridas todas as áreas de trabalhos, de maneira a assegurar o seu consistente varrimento, passível de assegurar uma exaustiva recolha de dados. Os sítios identificados (áreas de dispersão de materiais arqueológicos ou de implantação de estruturas) durante o trabalho de campo são registados numa ficha de Inventário e georreferenciados de modo a criar pontos e polígonos para serem inseridos na *layer* de arqueologia do projecto global da reconversão agrícola.

A quarta e última fase destes trabalhos consiste na elaboração de um relatório técnico referente aos trabalhos arqueológicos realizados, que serve de suporte à *layer* de arqueologia. Neste relatório é feita a análise e avaliação sumária das ocorrências patrimoniais identificadas, seguida da sua hierarquização, de acordo com a sua importância científica e patrimonial. O relatório inclui também a definição da situação de referência com o inventário de todos os sítios identificados, a avaliação de impactes estimados sobre os diferentes elementos patrimoniais decorrentes da implementação do projecto agrícola, e propostas, quando aplicável, inerentes às medidas de salvaguarda e de minimização.

No relatório final deve constar ainda um conjun-

to de recomendações de boas práticas agrícolas em áreas de existência de elementos patrimoniais arqueológicos ou edificados que assegurem uma sustentável compatibilização futura da sua salvaguarda com o necessário uso dos solos por parte das entidades da área agrícola (Figura 2).

5. CASO DE ESTUDO: EIP DA HERDADE DOS CUNQUEIROS

O EIP realizado na Herdade dos Cunqueiros (Évora) teve origem numa solicitação de reunião de esclarecimentos por parte do promotor à tutela do património, no sentido de aferir previamente da necessidade de trabalhos de minimização dos sítios arqueológicos que constavam na base de dados do Endovélico, uma vez que não existiam sítios registados na carta de condicionantes do Plano Director Municipal de Évora.

Na sequência dessa reunião, a DRCAI concluiu que seria importante proceder a uma prospecção sistemática da área total do projecto (cerca de 200ha) antes de se iniciarem os trabalhos de reconversão agrícola. No sentido de serem implementadas boas práticas no que diz respeito à gestão de valores Patrimoniais e/ou Arqueológicos existentes na área a afectar, o promotor solicitou a realização de um EIP, que veio a merecer aprovação por parte da tutela do património.

Os trabalhos começaram com a pesquisa prévia de base de dados e bibliografia. Na análise dos relatórios de trabalhos anteriores, foram tidos em conta aspectos essenciais a serem truncados com a avaliação a realizar. São eles, o tipo de contexto, a que profundidade da superfície se encontram, e em que estado de preservação estavam aquando da intervenção. Todos os dados foram tratados de forma a serem inseridos numa base de dados em SIG, resultando desta informação uma nota técnica prévia que foi fornecida ao promotor com todos os dados disponíveis. Este documento inicial tem a vantagem de aproximar o promotor/cliente dos aspectos mais técnicos da arqueologia, prevenir para a legislação em vigor, e também de alertar para os condicionalismos que podem resultar da avaliação patrimonial e de impactes estimados a ser elaborada durante as prospecções.

De seguida, a totalidade da Herdade foi prospectada sistematicamente durante cerca de 1 semana por uma equipa de três arqueólogos. Ao fim do dia a base de dados em SIG era atualizada e realizado

um ponto de situação com o promotor. No decorrer destes trabalhos foram relocalizadas sete ocorrências e identificados oito novos sítios. As principais medidas de minimização elencadas neste projecto tiveram em conta uma análise de avaliação do impacto estimado das várias componentes do projecto (ripagens a determinada profundidade, abertura de valas para o sistema de rega, etc.), relativamente ao tipo de sítio e respectivo valor patrimonial considerado. Entre estas, foi proposto que em sítios de maior potencial/valor patrimonial se procedesse a uma campanha de prospecção geofísica.

As imagens recolhidas da prospecção geofísica e inseridas na base de dados de informação geográfica tiveram impacto na definição de áreas precisas de contextos arqueológicos, permitindo a sua correcta delimitação física no terreno, na identificação de antigas condutas de rega, que viriam a ser aproveitadas no novo projecto e, por fim, na construção de um maior conhecimento dos próprios sítios. Relativamente aos elementos etnográficos, que correspondem a uma memória importante do património local e integram um património paisagístico intemporal, propôs-se que os mesmos fossem preservados e integrados no projecto, algo que se viria a verificar com o “amanho” de algumas destas estruturas da cultura popular.

Estes trabalhos permitiram que o projectista do sistema de rega a implantar, ainda em fase de projecto, tivesse uma camada denominada “Arqueologia” e implantasse as condutas do sistema de rega, de forma a não intercetarem os sítios e/ou manchas de materiais identificadas e delimitadas, tanto no terreno como em cartografia.

Ainda assim, e para os casos em que ainda existiam dúvidas relativamente à extensão e presença de contextos arqueológicos, foi proposto e realizado o acompanhamento arqueológico da abertura das valas do sistema de rega em zonas próximas de sítios arqueológicos e em áreas que, devido à sua composição morfológica, sugeriam a presença de ocupações antrópicas. Nestes trabalhos finais não foram identificados contextos.

O património arqueológico e etnográfico, relevante, ficou delimitado e preservado no campo com barrote de 10 em 10m, permitindo o seu acesso futuro por parte de investigadores (Figura 3).

6. CONCLUSÃO

Com o advento da agricultura, os territórios, nomeadamente aqueles em que os solos são propícios à prática agrícola, foram sendo transformados pelas comunidades humanas que os exploravam. Estas transformações primitivas teriam um impacto reduzido na paisagem, contudo, com a revolução industrial, e a entrada em cena da máquina a vapor na agricultura, a preparação dos solos foi elevada a uma outra dimensão. No caso do interior alentejano, as transformações mais evidentes da paisagem encontram o seu início nas denominadas “campanhas do trigo” em pleno século XX, tendo impactos irreversíveis na morfologia da paisagem. Ainda assim, a extensão do alcance desta “modera” paisagem alentejana, tinha os seus limites bem definidos: solos de boa qualidade. No presente recente, esses limites, já não são definidos pela qualidade dos solos mas sim pelos blocos de rega que fornecem água da albufeira de Alqueva, uma vez que também as culturas agrícolas com maior expressão em termos de crescimento da ocupação do território passaram a ser a oliveira, o amendoal e a vinha (Figura 4).

O impacto na paisagem associado a estas novas culturas ditas de regadio ou “em sebe”, tem o seu início com o processo de terraformação (termo utilizado para definir a fase inicial da reconversão agrícola), assentando em grandes movimentações de solo, tanto em extensão como em profundidade. No caso de existirem ocorrências patrimoniais, nomeadamente sítios arqueológicos, torna-se evidente que se não forem respeitadas as condicionantes legais de protecção do património, quando existem, o dano que estruturas, contextos e depósitos arqueológicos estão sujeitos é enorme. Nestes casos, o cadastro inicial e prévio dos terrenos, no que á componente patrimonial diz respeito, é essencial para um equilíbrio entre o desenvolvimento do projecto e a responsabilidade legal e social que devemos ter pelo caminho trilhado pelas comunidades que nos antecedem. É nesse sentido que os Estudos de Impacte Patrimonial são uma mais valia, uma vez que permitem acompanhar um projecto num determinado território, desde a sua fase inicial, precavendo que tais impactos negativos possam ocorrer.

Até ao momento, e desde 2018, a ERA já realizou cerca de 55 EIP abrangendo a totalidade do interior alentejano, para diferentes promotores, tendo alcançado resultados promissores na passagem da men-

sagem da necessidade da aplicação deste conceito: “Prevenir antes de afectar”.

Por fim, refere-se da necessidade de adaptação de conceitos por ambas as partes, devendo o estado central ter uma acção mais informativa e formativa.

BIBLIOGRAFIA

CIFA, (2014) – Standards and guidance for archaeological field evaluation”. https://www.archaeologists.net/sites/default/files/CIfAS&GFieldevaluation_1.pdf

ICOMOS, (2011) – Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties. https://www.icomos.org/world_heritage/HIA_20110201.pdf

PEREIRO, Tiago (2018) – Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos (EIP) Herdade dos Cunqueiros, São Manços, Évora. ERA-Arqueologia S.A.



Figura 1 – No canto superior esquerdo o tipo de máquina utilizada para remobilizar os solos (escala de 50cm). Do lado direito pormenor de impacte produzido em conduta de ferro forjado localizada a 1m de profundidade. Em baixo aspecto de um terreno lavrado.

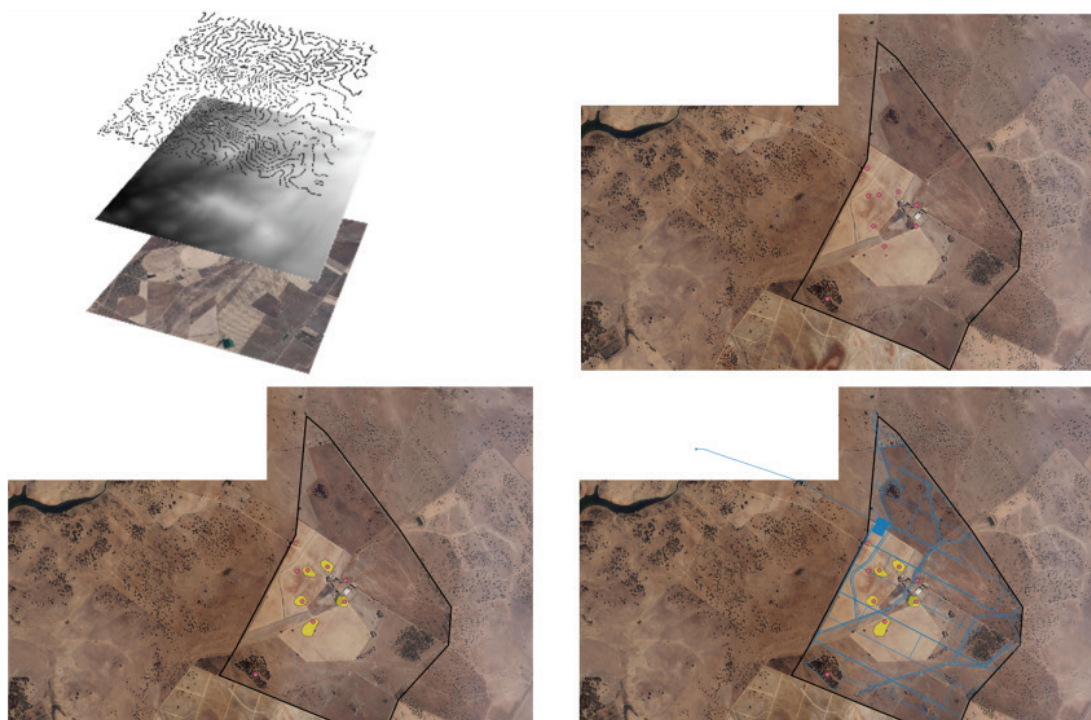


Figura 2 – Diferentes camadas do processo de integração de informação em ambiente SIG.

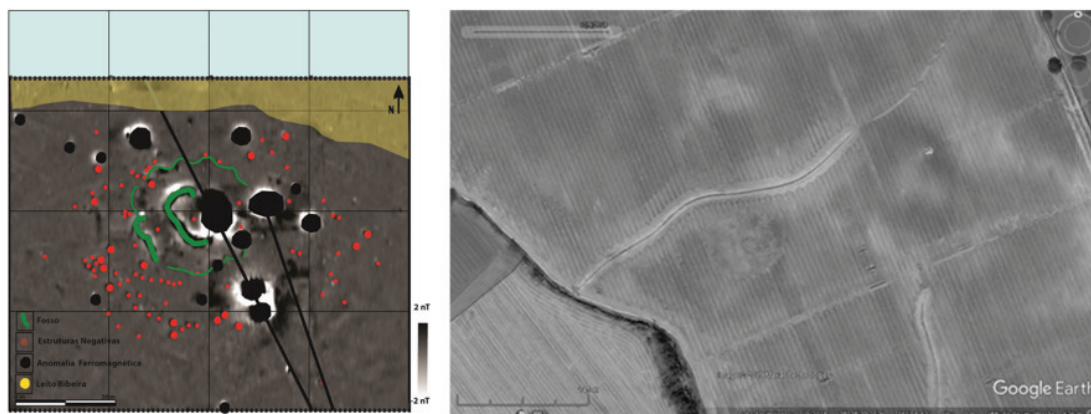


Figura 3 – Prospecção geofísica realizada no sítio Horta do Albardão 3 e respectiva zona de protecção em imagem de satélite.



Figura 4 – Vista geral de um sítio arqueológico delimitado com área de protecção na sequência de um EIP.

AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Apoio:

musculi
museu da cultura do povo

